

**DISPENSA Nº 03/2024 – LEI Nº 14.133/2021
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2024**

**AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ART. Nº 75, II, §3º DA LEI 14.133/2021**

CONTRATANTE:

Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa-IPREVI

OBJETO:

Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de rede, informática (microcomputadores, nobreaks, monitores, roteadores, switch, etc.) e suporte em telefonia e videoconferência que se justifica pela necessidade do suporte técnico na rede de telefonia e suporte técnico nas reuniões por videoconferência do Instituto.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 4.002,25.

PERÍODO DE PROPOSTAS ADICIONAIS

De 11/04/2024

Até 16/04/2024

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

menor preço

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS:

SIM

SUMÁRIO

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA	3
2. DA ESPECIFICAÇÃO E DO VALOR ESTIMADO	5
3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS	5
4. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA	6
5. DO PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS	6
6. DA HABILITAÇÃO	6
7. PROPOSTA DE PREÇO	7
8. PAGAMENTO	7
9. DISPOSIÇÕES GERAIS	7
10. ANEXOS	8

DISPENSA Nº 03/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03/2024
BASE LEGAL: – LEI Nº 14.133/2021, ART. 75, II,§3º.

Torna-se público que o Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa-IPREVI, Minas Gerais, por meio do SETOR DE CONTRATAÇÃO, realizará Dispensa de Licitação em razão do valor, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, na hipótese do art. 75, inciso **II**, §3º, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável e as exigências estabelecidas neste Edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA ADICIONAIS:	DIA 16/04/2024, ÀS 16:00 HORAS
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO:	compras@iprevivicosa.mg.gov.br

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresas especializadas Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de rede, informática (microcomputadores, nobreaks, monitores, roteadores, switch, etc.) e suporte em telefonia e videoconferência que se justifica pela necessidade do suporte técnico na rede de telefonia e suporte técnico nas reuniões por videoconferência do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa - IPREVI, por dispensa de licitação, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DA ESPECIFICAÇÃO E DO VALOR ESTIMADO

O valor global estimado para a presente contratação é de R\$4.002,25 (quatro mil e dois reais e vinte e cinco centavos) e, resultante de pesquisa de mercado efetuada pela Administração, que será considerado valor máximo admissível para a contratação.

2.1. Com base na pesquisa supracitada, deverá observar os preços unitários máximos dos itens que compõem a contratação, conforme indicados no item 1 do Termo de Referência, anexo I deste edital

3. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

3.1. As despesas para atender a esta dispensa estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

05.07.09.122.0404.8.032-3390-40– Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA

4.1 Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no País, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto pretendido.

4.2 Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

- a) Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente.
- b) Que não atendam às condições deste Aviso e Termo de Referência;
- c) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- d) Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;
- e) Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

5. DO PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

O presente CHAMAMENTO PÚBLICO ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data de publicação do AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO, no site do Instituto (www.iprevivicosa.mg.gov.br), sendo que os documentos de habilitação, e as propostas de preços deverão ser encaminhados ao email: compras@iprevivicosa.mg.gov.br.

5.1. preferencialmente fazendo referência a **DISPENSA N° 03/2024**.

5.2. Limite para apresentação da Proposta de Preços: **15/04/2024 às 15:00h**.

5.3. Os documentos de Habilitação somente serão solicitados dos interessados que apresentar a proposta mais vantajosa.

5.3.1. Os documentos de habilitação poderão ser encaminhados via email: compras@iprevivicosa.mg.gov.br fazendo referência a **DISPENSA N° 03/2024** ou entregue na sede do IPREVI/MG .

6. DA HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do Anexo I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO do Termo de Referência e serão solicitados do FORNECEDOR mais bem classificado.

6.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

7. PROPOSTA DE PREÇOS

7.1. A proposta de preços deverá ser apresentada conforme modelo constante no Anexo II deste Edital.

7.2. Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

7.3. A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Edital será desconsiderada julgando-se pela desclassificação;

7.4. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários, constantes neste Edital.

8. DO PAGAMENTO:

8.1. O pagamento ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis, mediante apresentação de nota fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal 14.133/2021.

8.2. Para realização dos pagamentos, a empresa deverá manter a regularidades fiscal, social e trabalhista, conforme apresentada durante o processo de habilitação.

9. DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

9.2. Poderá o IPREVI/MG, revogar o presente Edital, no todo em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

9.3. O IPREVI/MG poderá anular o presente Edital, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação.

9.4. A anulação do procedimento oriundo deste Edital, não gera direito a indenização.

9.5. Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pelo INSTITUTO.

9.6. Ao apresentar a proposta de preços, o INTERESSADO declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta CHAMADA PÚBLICA, quer direta ou indiretamente.

9.7. A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irrevogável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência.

9.8. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

9.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o dia do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal no Instituto, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

9.10. Compõem este Aviso, além condições específicas, os seguintes documentos:

9.10.1. ANEXO I - Termo de Referência

9.10.2. ANEXO II - Modelo Proposta de Preços;

9.10.3. ANEXO III - Declaração de atendimento ao inciso XXXIII do art. 7º da CF;

9.10.4. ANEXO IV - Declaração de reserva de cargos pcd, consoante art. 92 da lei federal nº 14.133/2021

9.10.5. ANEXO V - Declaração impedimentos do art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;

9.10.6. ANEXO VI - Minuta do Contrato.

Viçosa, 01 de abril de 2024.

EDIVALDO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO
DIRETOR PRESIDENTE - IPREVI

ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, “a” e “i” da Lei n. 14.133/2021).

1. OBJETO

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresas especializadas Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de rede, informática (microcomputadores, nobreaks, monitores, roteadores, switch, etc.) e suporte em telefonia e videoconferência que se justifica pela necessidade do suporte técnico na rede de telefonia e suporte técnico nas reuniões por videoconferência do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa – IPREVI.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme DECRETO MUNICIPAL N° 5983/2023, DE 26/12/2023.

1.3. assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021.

1.4. O custo estimado total da contratação é de R\$4.002,25 (quatro mil e dois reais e vinte e cinco centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Prover solução para manutenção operacional continuada da rede de computadores existente no IPREVI, envolvendo todos os processos já disponíveis e a disponibilizar em ambiente lógico, mantendo de forma eficiente e eficaz a continuidade de todos estes serviços.

A contratação de empresa de prestação de serviços em informática justifica-se pela necessidade do suporte técnico nos computadores do Instituto a fim de manter todos os programas, software, rede, internet e pastas de arquivos em boas condições de uso para o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela diretoria geral, diretoria previdenciária e diretoria administrativo-financeira do IPREVI. Além de suporte em Telefonia e videoconferência justifica-se pela necessidade do suporte técnico na rede de telefonia e suporte técnico nas reuniões por videoconferência do Instituto a fim de manter em boas condições de uso para o desenvolvimento dos trabalhos realizados pela Diretoria Geral, Diretoria Previdenciária e Diretoria Administrativo-financeira.

Para tanto, além do gerenciamento do ambiente lógico, deverá ser prestado serviço de manutenção corretiva e preventiva dos equipamentos de informática disponíveis na rede de computadores do IPREVI, possibilitando rápida recuperação da operacionalidade dos serviços, tendo como premissas básicas a excelência na qualidade das atividades prestadas, no desempenho operacional do ambiente a ser gerenciado e na segurança das informações armazenadas e em trânsito no ambiente lógico da rede de comunicação do IPREVI.

A necessidade de contratação do serviço em tela, objetivando o pleno funcionamento dos equipamentos de rede, informática, telefonia e vídeo para realização das atividades administrativas e institucionais do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO

3.1. O serviço ora contratado compreende a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos com fornecimento integral de peças e componentes, instalação, desinstalação e remanejamento de hardware e suporte de software.

3.2. Para a perfeita execução do objeto deste contrato, a CONTRATADA deverá dispor de instalações próprias na cidade de Viçosa (MG), devidamente aparelhada (equipamentos, ferramentas, comunicação, transporte).

3.3. As manutenções preventivas e corretivas serão efetuadas pela empresa em horários previamente estabelecidos pelas partes entre as 8:00 e 18:00 horas de segunda à sexta-feira, exceto nos dias de feriados.

3.4. Caso o cliente solicite que a manutenção preventiva seja efetuada fora do horário estabelecido na cláusula anterior, serão cobrados hora extras.

3.5. A manutenção corretiva consiste na correção de eventuais falhas dos equipamentos, mediante as necessárias substituições de módulo ou peças que se apresentem com defeito no seu funcionamento, dentro dos períodos estipulados por este contrato.

3.6. O suporte a rede de computadores consiste no projeto, instalação, configuração e no controle de acesso ao hardware e software para os usuários da rede.

3.7. Somente os técnicos da empresa poderão realizar manutenções preventivas, corretivas, suporte a rede de computadores e modificações nos equipamentos que se refere este contrato. Facultar o livre acesso aos mesmos, observadas as normas de segurança vigente nas dependências da contratada.

3.8. As trocas de peças efetuadas durante a manutenção que sofreram desgastes normais, quebradas ou danificadas, serão faturadas à parte.

3.9. Chamado técnico, onde for detectado defeito técnico ou for detectada falha na operação do equipamento por parte da contratante ou terceiros (outros prestadores de serviço), será faturado a parte.

3.10. Reincidência de chamado técnico, onde não for detectado defeito técnico ou for detectada falha na operação do equipamento por parte da contratante ou terceiros (outros prestadores de serviço), será faturado a parte.

3.11. Dos serviços:

3.11.1. Manutenção Preventiva: compreende a limpeza, ajustes, lubrificação dos principais mecanismos, inspeção e testes específicos.

3.11.2. Manutenção Corretiva: é a manutenção efetuada depois de constatado o defeito ou falha

do equipamento e ou sistema, com a finalidade de restabelecer o seu perfeito funcionamento, e ocorrerá sempre que necessária ou solicitada pela CONTRATANTE, devendo a CONTRATADA proceder aos ajustes, configurações, instalações de software, testes e substituição de materiais, conforme especificações e procedimentos estabelecidos neste documento.

3.11.2.1. Toda e qualquer substituição de peças previstas nesse contrato, deverá ter autorização formal da CONTRATANTE. Para isso, a CONTRATADA deverá apresentar laudo justificando a necessidade da(s) troca(s) e orçamento detalhado com a descrição, configuração e quantidades de peças a serem substituídas.

3.11.2.2. As peças, componentes e sucatas provenientes dos serviços realizados deverão ser entregues para a CONTRATANTE, que definirá a sua destinação, junto com laudo que justifique a troca.

3.11.2.3. As peças e componentes em substituição, instaladas pela CONTRATADA, serão incorporadas aos equipamentos, passando a ser de propriedade da CONTRATANTE.

3.11.2.4. Toda e quaisquer partes, peças, módulos ou componentes que sejam fornecidos pela CONTRATADA deverão ser novos e sem uso, iguais (mesmas características e capacidades) ou superiores aos substituídos.

3.11.3. Instalação e remanejamento de Hardware: compreende as atividades de instalação e desinstalação de equipamentos, incluindo os procedimentos de conexões e desconexões necessárias e o teste de funcionamento, podendo incluir ou não a instalação e desinstalação de software. Não inclui as atividades de infraestrutura elétrica e lógica.

3.11.3.1. Por instalação entende-se a ligação física ou conexão dos equipamentos à infraestrutura existente ou a outros equipamentos.

3.11.3.1.1. A instalação só será validada após o teste de funcionamento.

3.11.3.1.2. Por desinstalação entende-se a desconexão dos equipamentos e a eventual remoção para outro local.

3.11.3.2. O remanejamento de hardware compreende as atividades de desinstalação de equipamento, sua transferência e instalação para outro local onde já exista infraestrutura elétrica e lógica, incluindo os procedimentos de desconexões e conexões necessárias e o teste de funcionamento, podendo incluir ou não a desinstalação e reinstalação de softwares.

3.11.4. Suporte de Software: compreende as atividades de instalação, reinstalação e desinstalação dos softwares atualmente utilizados pela CONTRATANTE e seus clientes, ou que venham a ser utilizados durante a vigência do contrato, incluindo a configuração dos equipamentos, os testes de funcionamento e orientações básicas de uso nos seguintes segmentos:

- a) Sistema operacional;
- b) Automação de escritórios; e
- c) Conectividade.

3.11.4.1. Será considerado instalado o software que estiver instalado e configurado no microcomputador e em totais condições de uso pelo usuário.

4) MODELO OPERACIONAL

4.1. A CONTRATADA realizará manutenções tanto corretivas quanto preventivas unicamente por chamado, que serão emitidos pela CONTRATANTE. Os atendimentos deverão ocorrer em dois níveis:

Atendimento de Primeiro Nível

Os atendimentos serão feitos via telefone com um período máximo de 30 (trinta) minutos de atendimento, onde o analista de suporte terá contato direto com o usuário da estação de trabalho, assim podendo esclarecer suas dúvidas, reconhecer os problemas ocorridos e indicar soluções para estes. Caso neste atendimento não seja resolvido o problema ele será escalonado para o 2º Nível.

Atendimento de Segundo Nível

No 2º Nível será feito um atendimento qualificado e apto a esclarecer dúvidas, diagnosticar e solucionar os problemas de software, hardware e rede praticando métodos adequados para a execução dos serviços, num período máximo de 2 (duas) horas. Neste nível também será feita a instalação e configuração de software novos ou já utilizados pelo Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa.

Para efeito de controle, a CONTRATADA, quando da realização dos serviços no âmbito do CONTRATANTE, deverá obedecer aos procedimentos abaixo:

- a) A CONTRATADA deverá executar os serviços previstos, através de pessoal técnico especializado.
- b) Só haverá intervenção em equipamento com a previa autorização da CONTRATANTE por meio de uma O.S. que descreverá os serviços autorizados.
- c) A CONTRATADA emitira sua própria O.S. para controle de suas atividades.

A seguir segue a especificação adicional para a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva:

4.1.1. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA

Em conformidade com a disponibilidade dos recursos humanos disponibilizados e o diagnóstico inicial dos equipamentos por parte da CONTRATADA será definido um plano de manutenção preventiva, na qual será definida a periodicidade e as datas de visita no IPREVI. O prazo das intervenções preventivas não deverão ser superiores a:

- **MICROCOMPUTADOR:** Otimizações no software básico, limpeza, verificação da presença de vírus e sua eliminação, caso constatada a presença – 15 dias.
- **MONITOR:** Regulagem de horizontal, vertical e ajustes de foco – 60 dias.

- **REDE:** Monitoramento dos dispositivos de rede, verificação do tráfego de pacotes da rede de computadores – 15 dias.
- **Vídeo:** Acompanhamento em reuniões virtuais

4.1.2. SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA

- A CONTRATADA só executará a manutenção corretiva mediante chamado da CONTRATADA, para atendimento imediato obedecendo ao Modelo Operacional;
- No caso de identificação de problemas durante a manutenção preventiva, a O.S. será transformada em corretiva sem abertura de novo chamado;
- A substituição de peças avariadas e sem possibilidade de recuperação, deverá ser feita somente com a autorização da CONTRATADA.
- Caso seja identificada a necessidade de recursos adicionais para identificação do problema ocasionando a remoção do equipamento a CONTRATADA deverá fornecer em imediato um equipamento semelhante para evitar uma descontinuidade dos trabalhos.

4.1.2. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- A CONTRATADA deverá fornecer informação sempre que solicitada sobre o andamento dos serviços de manutenção que estiverem pendentes.

4.1.3 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’, da Lei nº 14.133/21)

- A contratação deverá observar os seguintes requisitos:
- Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas:

5) DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.1. Pelos serviços prestados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância global de R\$ _____ (_____) referente ao exercício orçamentário, pagos mensalmente o valor de R\$ _____ (_____) conforme a demanda dos serviços e importância estimada de R\$ _____ (_____), para peças, acessórios e componentes a serem substituídos quando necessários que deverão ser novas e originais, exceto no caso de não mais existirem no mercado, ficando a cargo da CONTRATANTE aprovar ou não o uso das peças e/ou componentes usados cuja garantia deverá ser de 90 (noventa) dias. Para tanto a CONTRATADA deverá apresentar descrição prévia do serviço a ser executado incluindo descritivo e valor das peças/componentes que necessitam ser substituídos e/ou aplicados.

5.2. Para o início da execução dos serviços, deverá a CONTRATANTE apresentar à CONTRATADA a competente Nota de Empenho Prévio.

5.3. O pagamento das parcelas mensais será efetuado pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente à prestação dos serviços solicitados, mediante recebimento da Nota Fiscal, sendo a última parcela programada e paga até dia trinta e um do último mês do exercício .

5.4. O objeto deste contrato deverá ser executado fielmente, após a expedição da Ordem de Serviço e deverá correr por conta da empresa as despesas com seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que em que direta ou indiretamente incidirem em razão da prestação dos serviços.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f”, da Lei nº 14.133/21)

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).
- 6.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).
- 6.4. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).
- 6.5. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).
- 6.6. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, art. 119).
- 6.7. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).
- 6.8. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).
- 6.9. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).
- 6.10. Antes do pagamento da nota fiscal ou da fatura, deverá ser consultada a situação da empresa junto ao SICAF.
- 6.11. Serão exigidos a Certidão Negativa de Débito (CND) relativa a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, o Certificado de Regularidade do FGTS (CRF) e a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), caso esses documentos não estejam regularizados no SICAF.

7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, inciso XXIII, alínea ‘h’, da Lei nº 14.133/2021)

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II, §3º da Lei nº 14.133/2021.

7.2. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.5. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

7.6. O fornecedor será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

7.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

7.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

7.10. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

7.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de

números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

7.12. Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

7.12.1. Habilitação Jurídica:

7.12.1.1. Os documentos referentes a habilitação jurídica são os constantes do Anexo I deste Termo de Referência.

8 DOS ATENDIMENTOS

8.1. A abertura de chamados do cliente devesse ocorrer entre as 8:00 e 18:00 horas de segunda à sexta-feira exceto nos dias de feriados. Não haverá atendimento para abertura de chamado fora do horário acima.

8.2. Os atendimentos de qualquer natureza serão realizados, acesso remoto, suporte via telefone, visitas técnicas nos próprios locais de instalação dos equipamentos, no endereço informado pela CONTRATANTE na abertura do chamado, de segunda a sexta-feira, no horário de 8:00 às 18:00 horas, devendo, a CONTRATANTE, utilizar somente técnicos qualificados para a execução dos serviços.

8.3. O atendimento aos chamados do cliente para reuniões e comparecimento que não se enquadram na manutenção corretiva, será realizado na manutenção preventiva.

9) DO SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO-OPERACIONAL E DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.1. Entende-se por suporte técnico e operacional aquele efetuado mediante atendimento telefônico, *on-site* ou presencial, para resolução de problemas na rede de comunicação de dados do IPREVI, incluindo a operacionalidade dos serviços disponibilizados, além do esclarecimento de dúvidas sobre a configuração e utilização dos equipamentos de informática em funcionamento.

9.1.1. Durante a vigência contratual do suporte técnico e operacional da rede de comunicação de dados do IPREVI, deverão ser atendidas as seguintes condições pela CONTRATADA, visando manter a operacionalidade dos serviços atualmente existentes no ambiente:

9.1.1.1. Configuração e manutenção de servidores Microsoft Windows Server™ e Storage Server, incluindo serviços de DHCP, DNS, backup, gerenciamento de conta de usuários, de grupos e de computadores adicionados ao domínio existente, gerenciamento de recursos de acesso a arquivos e pastas, usando permissões NTFS, acesso a recursos de rede, impressoras, unidades organizacionais, em uma rede baseada em serviços de diretórios Active Directory®, manutenção da relação confiança e confiável, além da implementação e manutenção de GPOs para gerenciar usuários e computadores, determinando permissões efetivas em rede, monitoramento de performance e desempenho de servidores em operação, além de garantir a segurança de dados e do ambiente operacional suportado pela família Microsoft Windows Server™;

9.1.1.2. Configuração e manutenção de servidores Microsoft Proxy Server™ 2.0, incluindo instalação e configuração de servidores e clientes de serviço proxy, configuração dos elementos de regras de acesso à Internet, publicação WEB, publicação de servidores, autenticação de servidores proxy, proteção das conexões de clientes proxy, configuração de VPNs para clientes proxy remotos e regras de “cache”;

9.1.1.3. Configuração e manutenção de sistemas operacionais Windows™ 7 PRO, Windows™ 8, Windows™ 8.1 e Windows™ 10 PRO, pacotes de suítes Microsoft Office 2007, Microsoft Office 2010, Microsoft Office 2013 e Microsoft Office 2016, incluindo a instalação, ativação, configuração e atualização, bem como a transferência de configurações de usuários por USMT, gerenciamento de discos básico e dinâmico, perfis de usuário e políticas de grupo, instalação e configuração de dispositivos de hardware, configuração de grupo de trabalho e domínio em rede, instalação de drivers, configuração de clientes WINS e DNS, monitoramento de LOGs de eventos, além da resolução de problemas diários do ambiente em operação;

9.1.1.4. Configuração e manutenção de sistema Firewall AKER, configuração de operações básicas do Firewall AKER, integração dos Módulos do Firewall AKER, implementação de canais seguros e serviços configuração de parâmetros de autenticação, perfis de acesso de usuários em rede, configuração de clientes de autenticação AKER,

9.1.1.5. Configuração e manutenção dos ambientes de software da empresa contratada, incluindo instalação e configuração de servidores e clientes, e configurações de conexão ODBC, além da configuração e manutenção das bases de dados SQL e MySQL dos respectivos ambientes atualmente em produção na rede de comunicação de dados do IPREVI;

9.1.1.6. Protocolo TCP/IP, máscaras de sub-rede: configurar computadores para usarem endereços de IP estáticos e dinâmicos, configurar e administrar processo de roteamento do IP, isolar problemas comuns de conectividade de IP.

9.1.1.7. Gerenciamento da Vídeo Conferencia Avaya, como criação e configuração de salas virtuais, instalação e configuração de aplicações clientes para desktop e dispositivos mobile, gerenciamento e backup dos serviços de gravação e *stream* e operação do *codec* de chamadas.

9.1.1.8 Central Telefônica, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças originais do fabricante, componentes e demais materiais e serviços necessários a Central telefônica, responsável pela interligação da central telefônica com os ramais e sua área de abrangência, sendo composta pelo distribuidor geral, jumpers, blocos de conexão, cabos de pares, blocos terminais, distribuidores intermediários, distribuidores de andar, cabos de interligação dos distribuidores até os telefones e tomadas telefônicas;

9.1.1.9 Configurar e manter o funcionamento dos serviços de Internet;

9.1.1.10 Configurar e manter o funcionamento dos serviços de e-mail marketing e e-mail.

9.1.2. Com vistas a garantir a plena e ininterrupta operação dos serviços atualmente disponíveis na rede de comunicação de dados do IPREVI, a CONTRATADA deverá comprovar que possui:

9.1.2.1. No mínimo, 01 (um) técnico residente em Viçosa/MG com experiência no gerenciamento e manutenção dos sistemas de Contabilidade a fim de prestar um atendimento adequado e nas condições exigidas pelo IPREVI, para os serviços descritos no item 9.1.1.7;

9.1.2.2. No mínimo, 01(um) técnico residente em Viçosa/MG com qualificação técnica em microinformática e/ou eletrônica, e experiência na respectiva área de atuação, a fim de prestar um atendimento adequado e nas condições exigidas pelo IPREVI.

10) DO SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO

10.1. Entende-se por manutenção a série de procedimentos destinados a manter e/ou recolocar os equipamentos de informática em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituição de peças ou equipamento, ajustes, reparos, atualizações, correções necessárias e todas as configurações solicitadas pelo IPREVI, além da manutenção do cabeamento e pontos lógicos da rede de comunicação de dados existente.

10.2. O serviço compreende a reparação dos defeitos técnicos que porventura sejam apresentados pelos equipamentos de informática em operação, conforme descrito no **ANEXO I**, e no cabeamento físico da rede de comunicação de dados existente, de modo a restabelecer integralmente a operacionalidade do ambiente, no menor prazo possível, incluindo mudanças de localização de pontos lógicos já instalados, tudo sem ônus adicionais para o IPREVI, durante a vigência do contrato. Além disso, evidencia-se a necessidade de uma manutenção preventiva mensal, com o intuito de se evitar ao máximo a ocorrência de problemas que indisponibilizem os equipamentos de informática no ambiente da rede de comunicação de dados existente.

10.3. As manutenções corretivas serão realizadas quantas vezes forem necessárias pela CONTRATADA, durante o período de vigência contratual, sempre que solicitadas mediante chamado aberto pelo IPREVI, para eliminação de defeitos, testes e regulagens, substituições de peças necessárias, incluindo reparo ou troca de peças e cabos de ligação entre equipamentos, sem ônus adicionais.

10.4. Os serviços deverão ser realizados por meio de técnicos especializados contratados pela empresa, devidamente credenciados para prestar os serviços de garantia e assistência técnica nos equipamentos relacionados no **ANEXO I**, de forma rápida, eficaz e eficiente, sem quaisquer despesas adicionais para o IPREVI, inclusive quanto a ferramentas, equipamentos e demais instrumentos necessários a sua realização.

10.5. A CONTRATADA deverá fornecer relatório dos serviços executados, bem como assumir todos os possíveis danos, tanto das dependências físicas quanto dos bens materiais, causados ao IPREVI, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança quando da execução dos serviços solicitados.

10.6. Caso os serviços de assistência técnica e manutenção não possam ser executados nas dependências do IPREVI, os equipamentos poderão ser removidos para Centros de Atendimento da CONTRATADA, mediante justificativa devidamente aceita pelo IPREVI, desde que os equipamentos avariados sejam substituídos por outros equivalentes ou superiores, durante o período de reparo e que tal substituição não ultrapasse 30 (trinta) dias consecutivos.

10.7. O prazo para resolução do problema pela CONTRATADA será de, no máximo, 08 (oito) horas úteis contados da abertura do chamado técnico pelo IPREVI, independente do meio de solicitação, se por escrito ou por telefone, devendo aquela substituir o equipamento por outro equivalente ou superior, em caráter provisório e emergencial, imediatamente após a constatação da impossibilidade de conserto no local, por até 30 (trinta) dias corridos, conforme descrito no item 10.7, findos os quais a substituição passará a ser definitiva para o CFN, no que tange o seu controle patrimonial.

10.8. A garantia do serviço prestado pela CONTRATADA incluirá, além da qualidade da assistência técnica, o reparo e a substituição de quaisquer peças ou componentes defeituosos nos equipamentos de informática existentes e em operação, quando da manutenção corretiva ou preventiva efetuada pela CONTRATADA.

10.9. Havendo a necessidade de aquisição de peças, componentes/materiais para reposição de responsabilidade da CONTRATANTE, a CONTRATADA se obriga a apresentar, de imediato, orçamentos detalhados praticados no mercado para viabilizar a compra, com a completa identificação individualizada dos itens necessários aos serviços de manutenção CORRETIVA, indicando marca, modelo, quantitativos, preços unitários e modelos dos mesmos.

10.10. Para efeito de entendimento, em casos de manutenção corretiva em equipamentos de informática, o início do atendimento será considerado o momento em que o serviço for solicitado à assistência técnica, mediante abertura do chamado técnico pelo IPREVI, e o término somente será considerado quando o equipamento estiver disponível para uso, em perfeitas condições de funcionamento no local onde estava instalado quando da abertura do chamado que originou o atendimento.

11) DA VIGÊNCIA E DA EFICÁCIA

11.1. O prazo de vigência do instrumento contratual a ser firmado com a vencedora do certame será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, caso houver necessidade, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

12) DA FISCALIZAÇÃO

12.1. Caberá ao fiscal do contrato designado pelo IPREVI o acompanhamento, a coordenação e a fiscalização do contrato, bem como a atestação das faturas correspondentes aos serviços prestados e executados, condição indispensável para a quitação das mesmas.

13) DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

13.1. As despesas relativas ao objeto deste instrumento bem como os seus respectivos encargos serão efetuados nos termos e limites previstos na legislação própria, correndo no presente exercício à conta das dotações orçamentárias, com indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica: **05.07.09.122.0404.8.032-3390-40.**

14) DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

14.1. Gerenciar, administrar e fiscalizar todas as ações desenvolvidas e necessárias para a boa execução do presente Edital.

14.2. Gerenciar e fiscalizar a ação da CONTRATADA na execução dos serviços objeto do edital podendo, para tanto, tomar as medidas julgadas necessárias ao bom andamento dos mesmos.

14.3. Administrar e fiscalizar os serviços, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio os fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas nos trabalhos em execução, para o perfeito cumprimento do objeto do edital.

14.4. Realizar testes, perícias ou qualquer outro meio que permita verificar a garantia, segurança e fidedignidade às exigências e especificações constantes no edital.

14.5. Notificar a CONTRATADA, por escrito, de qualquer irregularidade encontrada na execução dos serviços.

14.6. Emitir parecer, caso haja rejeição na prestação dos serviços, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após realizado, comunicando, por escrito, à CONTRATADA.

14.7. Requisitar documentos para verificar as regularidades jurídicas, fiscais, trabalhistas e qualificação técnica da CONTRATADA, os quais deverão ser fornecidos no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

14.8. Reter o pagamento se verificado que o objeto do presente edital não estiver sendo realizado de acordo a especificação apresentada.

14.9. Efetuar os pagamentos devidos nos prazos e valores pactuados nos termos do Edital e Contrato.

14.10. Informar, contatar e convocar a CONTRATADA sobre problemas, dificuldades e contingências que ocorram repentinamente relacionados ao objeto desta licitação.

14.11. Facilitar o acesso nas dependências do CONTRATANTE ao(s) funcionário(s) da CONTRATADA, quando devidamente identificados.

14.12. Reunir-se com a CONTRATADA sempre que necessário para o bom andamento dos trabalhos realizados.

14.13. Propiciar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de administração e endereço de cobrança.

14.14. Manter os equipamentos de informática em locais seguros, não permitindo que estes sejam utilizados por pessoas não habilitadas.

15) DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

15.1. Apresentar relatório das atividades realizadas até dia 25 de cada mês.

15.2. Zelar, prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas no edital e no contrato.

15.3. Manter em perfeito estado de uso os equipamentos ativos da rede do IPREVI.

15.4. Arcar com todos e quaisquer prejuízos advindos de perdas e danos, incluindo despesas judiciais e honorários advocatícios resultantes de ações que a União Federal for compelida a responder em intervenção judicial, no caso de os equipamentos fornecidos, por força do Contrato, violarem direitos de terceiros.

15.5. Assumir todos os possíveis danos, tanto físicos quanto materiais, causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança quando da execução dos serviços.

15.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os seus empregados quando em serviço, por tudo quanto as leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade, objeto desta licitação.

15.7. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte do IPREVI, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas.

15.8. Informar o IPREVI, no ato de celebração do contrato, o NOME do responsável pelos serviços, o número de telefone (fixo e celular) e e-mail para contato a fim de atender as chamadas do IPREVI durante a vigência do Contrato.

15.9. Prestar o serviço, objeto deste edital, em estrita obediência às normas legais pertinentes, com presteza, eficiência, pontualidade, qualidade, ética, sigilo, segurança e demais cuidados no Objeto, nos termos e nos anexos do edital e no que for declarado na proposta vencedora.

15.10. Substituir equipamentos defeituosos no prazo de 08 (oito) horas e fornecer parecer sobre o equipamento substituído para possibilidade de manutenção ou necessidade de troca.

15.11. Manter total sigilo das informações e dados obtidos em decorrência da execução do objeto do Edital, sendo expressamente vedado à Proponente fornecer, emprestar, ceder, propagar, demonstrar, ilustrar ou se utilizar, para quaisquer fins, sem conhecimento e anuência, por escrito, do IPREVI, de quaisquer dados ou informações obtidos para o cumprimento do objeto contratado, a terceiros ou para uso próprio; vedada ainda, a utilização e comercialização de dados ou informações, sem autorização por escrito do IPREVI, a qualquer tempo, independentemente de existir ou não contrato em vigência, responsabilizando-se a Proponente pelo total sigilo das informações e dados obtidos, sob pena de

sujeição às penalidades contratuais previstas, indenizações cabíveis e demais cominações legais.

15.12. Durante a vigência do contrato, manter pessoal com mão de obra qualificada para a prestação dos serviços, que deverá ter vínculo com a Proponente;

15.13. Manter, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições de habilitação e de qualificação exigidas no edital durante toda a execução do contrato.

15.14. Manter todas as condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e qualificação técnica que ensejaram a sua contratação, durante toda a vigência do contrato, sob pena de retenção dos valores, até sua regularização, sem ônus para o IPREVI, bem como a aplicação das demais penalidades.

15.15. Atender todas as demais exigências inerentes à realização dos serviços, visando melhor atender o objeto, conforme estabelecido no edital e seus anexos.

15.16. Arcar com eventuais prejuízos causados ao CFN e ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto.

15.17. Iniciar os serviços de suporte de informática imediatamente após a assinatura do respectivo contrato.

15.18. Responsabilizar-se pelo vínculo trabalhista relativo aos profissionais envolvidos na execução do contrato.

15.19. Executar diretamente o contrato, sem transferência de responsabilidades aos serviços acordados com o CONTRATANTE.

15.20. Comunicar por escrito à Administração do CONTRATANTE qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos que julgar necessários.

15.21. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais resultantes da contratação.

15.22. Assumir todo e qualquer ônus referente a salário, horas extras, outros adicionais e demais encargos sociais, referentes aos seus empregados.

16) DO REGIME DE EXECUÇÃO

16.1. Execução indireta, empreitada por preço global, de acordo com os artigos 6º da Lei nº 14.133/21.

17) VALIDADE DA PROPOSTA

17.1. As propostas deverão ter validade de 90 (noventa) dias.

18) DAS CONDIÇÕES GERAIS

18.1. As partes elegem o foro da Comarca de Viçosa/MG para dirimir os conflitos que possam advir do presente contrato.

Viçosa, 22 de março de 2024.

Eliane Antônia dos Reis Teixeira
Diretora Administrativo Financeira

RELAÇÃO E QUANTIDADE DE EQUIPAMENTOS	
Microcomputador	15 unidades
Monitor	15 unidades
Nobreak	09 unidades
Notebook	01 unidades
Estabilizador	08 unidades
Telefonia	15 unidades
Vídeo	01 unidade

ANEXO I A – TERMO DE REFERÊNCIA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1. Previamente à celebração do contrato

- a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- b) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação:

2. Habilitação:

Habilitação jurídica

- 2.1 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 2.2 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 2.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 2.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 2.5. Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 2.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 2.7 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 2.8. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 2.9. prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);
- 2.10. prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- 2.11. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de

- certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.12. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
 - 2.13. declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - 2.14. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
 - 2.15. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual/municipal/distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
 - 2.15.1. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.
 - 2.16. prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
 - 2.17. caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- 2.18. Apresentar no mínimo 01 (um) atestado de capacidade técnica, que comprove aptidão da empresa licitante para prestação dos serviços pertinentes e compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, emitido por pessoa jurídica de direito privado ou pessoa jurídica de direito público, devidamente identificada com sua razão social e CNPJ, assinada por um de seus responsáveis;

Documentação Complementar de Habilitação

- a) Declaração de reserva de cargos pcd, consoante art. 92 da leifederal nº 14.133/2021, conforme modelo Anexo IV;
- b) Declaração de que não está incurso nos impedimentos de que trata o art.14 da Federal nº 14.133/2021, conforme modelo ANEXO V;
- c) Certidões Negativas de Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Públicas - CNE

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

Apresentamos nossa proposta para a prestação do serviço descrito abaixo, acatando todas as estipulações consignadas no respectivo Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

IDENTIFICAÇÃO:

NOME DA INSTITUIÇÃO:
CNPJ:
REPRESENTANTE E CARGO: (Representante que irá assinar o Contrato).
CPF:
ENDEREÇO COMPLETO:
E-MAIL E TELEFONE:
BANCO, AGÊNCIA e Nº DA CONTA BANCÁRIA:

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de rede, informática (microcomputadores, nobreaks, monitores, roteadores, switch, etc.) e suporte em telefonia e videoconferência que se justifica pela necessidade do suporte técnico na rede de telefonia e suporte técnico nas reuniões por videoconferência do Instituto	UNIDADE	12		
TOTAL				

VALIDADE DA PROPOSTA COMERCIAL

De no mínimo, 90 (noventa) dias contados a partir da data de julgamento da sessão pública.

Valor total R\$ _____ (_____).

Nossa proposta tem preço total de R\$= (valor numérico e por extenso).

Condições de Pagamento: _____

Prazo de Entrega: _____

Validade da Proposta: _____

Declaro para fins de participação na DISPENSA Nº_/2024 que nos preços propostos encontram-se incluídos todos os tributos, encargos sociais e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre o objeto da presente Dispensa, bem como as despesas de transporte e entrega dos produtos.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO III
DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CF.

DISPENSA Nº ____/2024

OBJETO: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para o fornecimento de lanches, de forma parcelada para atender as necessidades do Instituto.

Declaramos, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS PcD, CONSOANTE ART. 92 DA LEI
FEDERAL N° 14.133/2021.

DISPENSA N° ____/2024

OBJETO: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para o fornecimento de lanches, de forma parcelada para atender as necessidades do Instituto.

A empresa, _____ declara para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência — PcD, para Reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 92, inciso XVII da Lei n° 14.133/2021.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO V

DECLARAÇÃO IMPEDIMENTOS DO ART. 14 DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021.

DISPENSA N° ____/2024

OBJETO: Contratação por dispensa de licitação, de empresa para no fornecimento de lanches, de forma parcelada para atender as necessidades do Instituto.

A empresa, _____, declara para os devidos fins licitatórios que não incursa nos impedimentos para disputa de licitação ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Localidade, data, mês e ano

Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO VI MINUTA DO TERMO DE CONTRATO Nº ____/2024

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº XXXX

DISPENSA Nº XXX/XXXX

TERMO DE CONTRATO DE SERVIÇO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE VIÇOSA, E A EMPRESA XXXX.

CONTRATANTE: Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa, CNPJ/MF Nº 05.665.754/0001-84, pessoa jurídica de direito público, sediado à Av. PH Rolfs, nº 81, 3º andar, sala 301, centro, Viçosa, Minas Gerais, CEP 36570-087, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor Presidente Edivaldo Antônio da Silva Araújo, brasileiro, casado, portador do CPF nº 983.642.866-68 e Cédula de Identidade nº MG 11.178.120-SSP/MG

CONTRATADA:, inscrita no CNPJ nº. com sede na, representada por, inscrito no CPF nº.

As partes acima nomeadas e qualificadas acordam e ajustam firmar o presente contrato, conforme as cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos e obrigações das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresas especializadas Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de rede, informática (microcomputadores, nobreaks, monitores, roteadores, switch, etc.) e suporte em telefonia e videoconferência que se justifica pela necessidade do suporte técnico na rede de telefonia e suporte técnico nas reuniões por videoconferência do Instituto de Previdência Municipal dos Servidores Públicos do Município de Viçosa - IPREVI, para garantir o andamento das atividades administrativas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas abaixo.

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de rede, informática (microcomputadores, nobreaks, monitores, roteadores, switch, etc.) e suporte em telefonia e videoconferência que se justifica pela necessidade do suporte técnico na rede de telefonia e suporte técnico nas reuniões por videoconferência do Instituto	UNIDADE	12		
TOTAL				

CLÁUSULA SEGUNDA: DOS DOCUMENTOS VINCULANTES

Integram o presente instrumento contratual, os documentos contidos no Processo Administrativo Nº 03/2024, Dispensa Nº 03/2024.

CLÁUSULA TERCEIRA: DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Esse contrato segue as disposições estabelecidas na Lei Federal Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O presente contrato terá vigência de 12 meses a partir da data de publicação, podendo ser prorrogado, caso houver necessidade, conforme previsto na Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA: DA EXECUÇÃO

O objeto do contrato deverá ser executado conforme cronograma acordado entre as partes.

CLÁUSULA SEXTA: DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

Pelos serviços prestados a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância global de R\$ _____ (_____) referente ao exercício orçamentário, pagos mensalmente o valor de R\$ _____ (_____) conforme a demanda dos serviços e importância estimada de R\$ _____ (_____), para peças, acessórios e componentes a serem substituídos quando necessários que deverão ser novas e originais, exceto no caso de não mais existirem no mercado, ficando a cargo da CONTRATANTE aprovar ou não o uso das peças e/ou componentes usados cuja garantia deverá ser de 90 (noventa) dias. Para tanto a CONTRATADA deverá apresentar descrição prévia do serviço a ser executado incluindo descritivo e valor das peças/componentes que necessitam ser substituídos e/ou aplicados.

Para o início da execução dos serviços, deverá a CONTRATANTE apresentar à CONTRATADA a competente Nota de Empenho Prévio.

O pagamento das parcelas mensais será efetuado pela CONTRATANTE até o 5º (quinto) dia útil de cada mês subsequente à prestação dos serviços solicitados, mediante recebimento da Nota Fiscal, sendo a última parcela programada e paga até dia trinta e um do último mês do exercício .

O objeto deste contrato deverá ser executado fielmente, após a expedição da Ordem de Serviço e deverá correr por conta da empresa as despesas com seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, e ainda todas as despesas que em que direta ou indiretamente incidirem em razão da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SÉTIMA: DO CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO

A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária 05.07.09.122.0404.8.032-3390-40– Serviços Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA OITAVA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- I - Realizar a perfeita execução do objeto obedecendo às suas especificações;
- II - Comunicar imediatamente, por escrito, ao CONTRATANTE, qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as providências de regularização necessária;
- III - Atender prontamente quaisquer exigências do CONTRATANTE, inerentes ao objeto da contratação;
- IV - Arcar com a despesa decorrente de qualquer infração seja ela qual for desde que praticada por seus empregados nas instalações da Administração;

V - Prestar à Administração os esclarecimentos que julgar necessários;

VI - Assumir total responsabilidade pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus representantes, na execução do objeto contratado, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;

VII - Manter durante a execução do Contrato todas as condições de habilitação exigidas neste procedimento;

VIII - Atender por sua conta e responsabilidade, ao pagamento das despesas advindas da contratação de pessoal necessário para a execução dos serviços e dos encargos sociais e trabalhistas relativos aos seus empregados e quaisquer adicionais devidos, bem como às demais despesas necessárias à execução do Contrato e que não estejam previstas como de responsabilidade da CONTRATANTE;

IX - Atender todas as exigências estabelecidas no Termo de Referência;

CLÁUSULA NONA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

I - Efetuar o pagamento ajustado;

II - Esclarecer à CONTRATADA toda e qualquer dúvida, em tempo hábil, com relação a execução do objeto;

III - Manter, sempre por escrito com a CONTRATADA, os entendimentos sobre o objeto contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento das obrigações assumidas na licitação ensejará na aplicação pelo IPREVI, garantido o contraditório e a ampla defesa ao licitante interessado, das seguintes sanções, independente de outras previstas:

I - advertência, em caso de dar causa à inexecução parcial do contrato;

II – multa de 20% sobre o valor contratado, nas seguintes hipóteses:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato

b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) dar causa à inexecução total do contrato;

d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

f) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

g) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

i) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

j) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

III - impedimento de licitar e contratar com Administração Pública no âmbito do Município de Viçosa/MG pelo prazo de até 3 (três) anos, nas seguintes hipóteses:

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

- b) dar causa à inexecução total do contrato;
 - c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nas seguintes hipóteses:
- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
 - b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
 - e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- V - As sanções previstas nos itens I, III e IV desta cláusula poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no item II.
- VI - Quaisquer das penalidades aplicadas serão comunicadas aos órgãos correspondentes, quando necessário, para a devida averbação.
- VII - As sanções de natureza pecuniária serão descontadas das faturas emitidas pela contratada ou, se insuficiente, mediante execução direta, caso seja impossível a compensação com faturas vincendas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS CONDIÇÕES PARA ALTERAÇÃO DE PREÇOS

- I - A CONTRATADA obriga-se a manter, durante a execução do contrato, compativelmente com as obrigações ora assumidas, todas as condições para o fornecimento do objeto deste Contrato;
- II - O preço ofertado será fixo, mas poderá ser alterado conforme as disposições estabelecidas na Lei nº 14.133/2021, mediante requerimento com justificativa e após análise e autorização do Diretor Presidente do IPREVI. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade
- III - Na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito, ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual, a relação que as partes pactuaram inicialmente poderá ser alterada, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico – financeiro inicial do contrato;
- IV - Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a alteração destes para mais ou para menos, conforme o caso;
- V - Na hipótese de a empresa Contratada solicitar reajuste de preço, a mesma terá que justificar o pedido, através de planilha detalhada de custos e/ou de documentos que comprovem a procedência do pedido,
- VI - Na hipótese de solicitação de reajuste de preços pela empresa Contratada, esta deverá comprovar o desequilíbrio econômico – financeiro (alteração da margem de lucro previamente pactuada), em prejuízo da

administração pública;

VII - Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos itens anteriores, a decisão quanto ao reajuste dos preços solicitado pela empresa Contratada;

VIII - A eventual autorização do reajuste de preços será concedida após análise da Contratante, porém contemplará o fornecimento realizado a partir da data do protocolo do pedido;

IX - Enquanto eventuais solicitações de alterações de preços estiverem sendo analisadas, a empresa detentora do Contrato não poderá suspender o fornecimento e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO

Este Contrato poderá ser extinto nas situações previstas nos Artigos 137, 138 e 139 da Lei Nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA GESTÃO DO CONTRATO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal/gestor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao Contratante providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

As partes que celebram o presente contrato elegem o Foro da Comarca de Viçosa para as questões dele resultantes, ou de sua execução, com expressa renúncia de qualquer outro.

E por assim estarem justas e acordadas, firmam as partes o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, com 2 (duas) testemunhas instrumentárias, para que produza efeitos legais.

Viçosa, ... de de

Edivaldo Antônio da Silva Araújo
Diretor Presidente - IPREVI
Contratante

.....
Representante Legal
.....
Contratada

Eliane Antonia dos Reis Teixeira
Diretora Administrativo Financeira